



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação completa (UPC)	Código das UG
Ministério de Minas e Energia	320001, 320002,
	320004, 320005,
	320006 320010,
	320011, 320012,
	320013, 320017,
	320060, 320072,
	320074

Esta Declaração refere-se às Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2022.

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstrativo de Fluxo de Caixa), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativos ao exercício de 2022, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta o Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante as:

Restrições Contábeis:

640 SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NAO CONFERE C/RMB (divergência de saldo registrado no sistema interno de controle do patrimônio - Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB) - em relação ao SIAFI, conta contábil 12311.01.07 – Máquinas e Equipamentos Energéticos)

674 SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local

Brasília (DF)

Data

09/03/2023

Contador Responsável

Elizane Vellozo Costa Guedes

CRC nº

CRC –DF nº 018138/O-2



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercício 2022

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Ministério de Minas e Energia é um Órgão do Poder Executivo, inscrito no CNPJ sob o número 37.115.383/0001-53 e está localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco U – Edifício Sede.

2. BASE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Ministério de Minas e Energia foram elaboradas com base nos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; do Decreto nº 93.872/1986; da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. E ainda em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e Manuais SIAFI, os dois últimos Manuais editados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Órgão Central de Contabilidade.

Essas Demonstrações Contábeis são constituídas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrações do Fluxos de Caixa, todos extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, e pelas Notas Explicativas. As Demonstrações foram emitidas a nível de Órgão e apresentam os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UG's) constantes da tabela abaixo:

Órgão MME	Unidades Gestoras
Ministério de Minas e Energia Órgão/Gestão: 32000/00001 Administração Direta - Orçamento Fiscal de Seguridade Social – OFSS	320001 – Gabinete do Ministro
	320002 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF
	320004 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL
	320005 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH
	320006 - Coordenação de Contabilidade - CONT
	320010 - Secretaria de Planej. e Desenv. Energético - SPE
	320011 - Secretaria Executiva - SE
	320012 - Secretaria de Geologia, Mineração e Transf. Mineral- SGM
	320013 - Secretaria de Energia Elétrica - SEE
	320017 –Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- SPG
	320060 - Projeto Meta/Secretaria Executiva (Fase I)
	320062 - Projeto Meta/Secretaria Executiva – EXTERIOR (Fase I)
	320072 - Projeto Meta II /Secretaria Executiva (Fase II)
	320074 - Projeto Meta II /Secretaria Executiva- EXTERIOR (Fase II)

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Ministério de Minas e Energia obedecem às premissas do modelo de contabilidade aplicadas ao setor público.

3.1. Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda funcional é o Real e as Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, as disponibilidades do Órgão estão mensuradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, submetida à taxa de câmbio vigente na data das Demonstrações Contábeis.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data dos Demonstrativos Contábeis.

3.3. Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com: adiantamentos concedidos a pessoal e outros créditos a receber a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis. São constituídos também ajustes para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

3.4. Estoques

Esses são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques utilizados pelo Órgão é o Custo Médio Ponderado, conforme artigo 106 da Lei nº. 4.320/64.

3.5. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos de atualizações e correções monetárias.

3.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, deduzida a respectiva depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção, são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

Se os gastos não gerarem tais benefícios eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). O SPIUnet está integrado com o SIAFI para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos imóveis.

Base de Mensuração do Imobilizado

Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

O registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, as NBC TSP e o MCASP.

Os procedimentos para o registro contábil estão descritos no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

A Macrofunção nº 02.03.30 do Manual SIAFI estabelece o tratamento contábil a ser dado à depreciação, amortização e da exaustão de bens imobilizados, conforme detalhamento a seguir:

- Método de Depreciação: Método das Quotas Constantes, conforme o item nº 7.2;
- Taxas de Depreciação: Definido de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item nº 6;
- Base da Depreciação: baseado no custo histórico do bem (valor da nota fiscal) para registro no SIAFI; e
- Impacto no Patrimônio: A partir da depreciação, ocorrerá um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos com o registro de uma Variação Patrimonial Diminutiva – VPD de natureza extraorçamentária.

Reavaliação

- Em conformidade com a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, das autarquias e das fundações públicas federais deverão ser reavaliados: aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, o valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; e aqueles em que houver alteração de área construída, independentemente

do valor investido. E ainda, caso seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

- Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e as características específicas dos imóveis e os preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

- A vida útil econômica dos bens imóveis, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação obedecem às normas do Sistema do Patrimônio da União - SPU, com dados registrados no SIAFI a partir do SPIUnet.
- A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, de 10/12/2014, dispõe sobre os procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.
- O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN.
- O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação. (Artigo 7º)

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. (Parágrafos 1º e 2º do artigo 7º)

3.7. Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

3.8. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; fornecedores e contas a pagar; e demais obrigações a curto prazo.

3.9. Provisões

Os procedimentos contábeis aplicados às provisões têm como base legal o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e sendo possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. O valor reconhecido como provisão refere-se a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis, correspondendo ao que a entidade racionalmente pagaria para, na data das demonstrações contábeis, liquidar a obrigação ou para transferi-la a um terceiro.

4. PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial

Nota 01 – Caixa e Equivalente de Caixa

Essa conta representa os recursos financeiros liberados para aplicação nas operações da entidade e registrados na Conta Única do Tesouro Nacional (CTU). Para o exercício de 2022 essa rubrica apresentou um aumento de 3,43% em relação ao exercício anterior correspondendo a R\$ 25.539.317,41.

Tabela 01 - Caixa e Equivalente de Caixa

	dez/22	dez/21	AH%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	757.489.832,09	731.458.859,78	3,56
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	11.996.433,55	12.690.294,95	-5,47
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- OP/PI - OFSS	202.206,50	0,00	0,00
TOTAL	769.688.472,14	744.149.154,73	3,43

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os créditos a curto prazo são valores a receber realizáveis em até 12 meses da data das Demonstrações Contábeis e essa conta constitui-se de duas maiores subcontas, representadas por “Adiantamentos Concedidos a Pessoal” que equivale a 2,83% do valor total de 2022, enquanto que a subconta Outros “Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo” corresponde a 97,17%. A composição dessas duas subcontas está apresentada na seguinte forma:

Tabela 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Composição

Composição	dez/22	dez/21	AH (%)	AV (%)
SALÁRIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	540.840,74	544.243,62	-0,63	2,83
TOTAL(1) = ADIANTAMENTO CONCEDIDOS A PESSOAL	540.840,74	544.243,62	-0,63	2,83
VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	687,11	687,11	0,00	0,00
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	16.468.664,48	16.468.664,48	0,00	86,05
CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	1.210,43	1.210,43	0,00	0,01
OUTROS CRED A REC E VALORES A CP - INTRA OFSS	2.114.118,34	1.906.943,09	10,86	11,05
OUTROS CRED A REC E VAL A CP - INTER ESTADO	12.816,41	12.816,41	0,00	0,07
TOTAL(2) = OUTROS CRÉDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	18.597.496,77	18.390.321,52	1,13	97,17
Total (1) + (2)	19.138.337,51	18.934.565,14	1,08	100,00

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

A conta “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” teve um pequeno acréscimo de 1,08% do ano de 2021 para o ano de 2022 na ordem de R\$ 203.772,37.

O Item “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – Intra OFSS” refere-se ao registro do direito quando das descentralizações de créditos por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED.

Nota 3 – Imobilizado

Bens Móveis

Os bens móveis são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) e estão evidenciados contabilmente na Unidade Gestora 320004 – CGRL/SPOA. O sistema está integrado com o SIAFI e controla todas as movimentações referentes aos bens móveis das diversas unidades organizacionais do Ministério de Minas e Energia.

Bens Móveis – Composição

Tabela 03_Bens Móveis

UG 320004	dez/22	dez/21	AH (%)	AV(%)
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	54.941.349,33	54.873.224,24	0,12	57,12
BENS DE INFORMATICA	26.246.828,45	24.211.871,45	8,40	27,29
MOVEIS E UTENSILIOS	7.699.000,99	7.667.257,70	0,41	8,00
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	6.386.811,95	6.292.157,88	1,50	6,64
VEICULOS	770.866,99	356.890,99	116,00	0,80
DEMAIS BENS MOVEIS	143.321,76	142.221,76	0,77	0,15
VALOR CONTÁBIL BRUTO	96.188.179,47	93.543.624,02	2,83	100,00
DEPRECIACAO / AMORTIZACÃO ACUMULADA	(35.097.942,74)	(33.369.011,29)	5,18	
VALOR CONTÁBIL LIQUIDO	61.090.236,73	60.174.612,73	1,52	

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

A variação ocorrida no valor contábil bruto da conta “Bens Móveis” foi representado por um acréscimo de 2,83% de 2021 para 2022, considerando os registros de entradas e saídas de bens.

Dentre os itens acima, a subconta “Bens de Informática” foi a que apresentou a maior representatividade em relação ao total dos Bens Móveis” e também com a maior variação positiva de 2021 para 2022 no valor de R\$ 2.034.957,00. Essa variação foi motivada pela aquisição de solução de infraestrutura de ativos de redes de alto desempenho, incluindo instalação, capacitação, suporte técnico e garantia para atender as necessidades deste Ministério no ano de 2022.

Bens Imóveis

Os “Bens Imóveis de Uso Especial” são registrados e gerenciados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), integrando essas informações ao SIAFI. Quanto aos registros de depreciação, essas informações são enviadas à Secretaria do Tesouro Nacional – STN por meio de um arquivo para registro no SIAFI. O gerenciamento compreende os imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais.

Tabela 04_Bens Imóveis - Composição

Composição	dez/22	dez/21	AH (%)
BENS DE USO ESPECIAL	50.899.116,97	51.065.776,87	-0,33
DEMAIS BENS IMÓVEIS	2.345.935,42	2.050.035,42	14,43
Total Contábil Bruto	53.245.052,39	53.115.812,29	0,24
DEPREC./ACUM./AMORT.ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	(191.698,26)	(1.146.731,79)	-83,28
Total Contábil Líquido	53.053.354,13	51.969.080,50	2,09

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

A subconta “Bens de Uso Especial” apresenta apenas um imóvel registrado no SPIUnet que se refere ao Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia.

A conta contábil “Bens Imóveis” teve uma pequena variação positiva de 0,24% em virtude do item “Demais Bens Imóveis” que apresentou um acréscimo de R\$ 295.900,00, relativo ao pagamento dos serviços da troca dos elevadores. Nessa conta, de caráter transitório, são registrados os valores que incorporarão ao saldo do bem adquirido, bem como as baixas relativas às reclassificações dos saldos nas rubricas adequadas.

Para isso, de acordo com o Manual SIAFI Macrofunção 021107 – Imóveis de Propriedade da União, as benfeitorias, obras ou reformas que forem realizadas nos imóveis e os imóveis a registrar, que forem incorporados aos imóveis de uso especial deverão ter os seus saldos baixados, no SIAFI.

Nota 4 – Imobilizado

O ativo intangível do Ministério é composto pelos direitos de uso de software que são utilizados na prestação de serviços e das marcas e patentes. Esse ativo fica registrado na Unidade Gestora 320004 – Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGRL.

Tabela 05_Intangível - Composição

Composição	dez/22	dez/21	AH (%)
Softwares com vida útil definida	8.714.126,55	8.546.202,55	1,96
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	404.586,31	404.586,31	0,00
Total Contábil Bruto	9.118.712,86	8.950.788,86	1,88
(-) Amortização Acumulada de Softwares	(6.880.537,57)	(6.230.210,86)	10,44
Total Contábil Líquido	2.238.175,29	2.720.578,00	-17,73

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

Nota 5 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Nesta conta foi registrada a obrigação a curto prazo contraída a partir de acordos de empréstimos de recursos externos junto a credores financeiros externos, por meio de contrato, evidenciada na subconta 21221.03.00 – Empréstimos Externos em Contratos na UG 320060 – Projeto Meta/Secretaria Executiva (Fase I) . Esse valor permanece nessa conta desde de 2015, ano em que houve a implantação do novo Plano de Contas do Setor Público. Assim os saldos de anos anteriores, de 2012 a 2014, registrados em contas de compensação (contas de controle) na Unidade Gestora 320060 Meta, migraram para a conta atual permanecendo o saldo inalterado de 2015 até dez/2022, por não haver pagamento dessa obrigação.

As obrigações provenientes de dívida externa ficaram sob a gestão da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na Coordenação Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV/STN, a partir do Decreto nº. 8.295, de 15/08/2014, que alterou o Decreto nº. 5.994/2006. Assim os pagamentos desses contratos são efetuados pela STN com reflexo de baixa na conta de obrigação, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, registrada na unidade gestora que é a detentora do projeto financiado com os recursos externos.

Os pagamentos dessa dívida, executados na fonte 148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS-EM MOEDA, somente são realizados a partir da aprovação do crédito orçamentário.

Tabela 06 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Unidade Gestora		dez/22	dez/21
320060	PROJETO META/SECRETARIA EXECUTIVA	207.024,71	207.024,71
Total		207.024,71	207.024,71

Fonte: SIAFI

Nota 06 – Resultados Acumulados – Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2022 foram contabilizados a título de Ajustes de Exercícios Anteriores o montante de R\$ 1.400.246,69, envolvendo os ajustes com depreciação acumulada de Junho/2022 dos bens imóveis e de de Adiantamentos de 13º. Salário e Férias de 2022.

Para os Bens Imóveis, cadastrados no SPIUnet, houve a conciliação entre planilha encaminhada pela SPIU e SIAFI no valor de R\$ 1.015.012,55 e para ajustes de adiantamentos de 13º. Salário e Férias de 2022 ocorreu no valor de R\$ 385.234,14.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 07 – Remuneração Pessoal e Encargos Patronais

Tabela 07 - Remuneração Pessoal e Encargos Patronais - Composição

Composição	dez/22	dez/21	AH(%)	AV(%)
VENCIMENTOS E SALARIOS	5.224.078,48	5.341.836,13	-2,20	6,81
ABONOS	732.517,78	792.385,29	-7,56	0,96
ADICIONAIS	18.014,03	15.794,80	14,05	0,02
GRATIFICACOES	18.020.829,89	16.743.888,22	7,63	23,50
FERIAS - RPPS	644.142,17	556.864,95	15,67	0,84
13. SALARIO - RPPS	2.076.886,33	1.973.279,85	5,25	2,71
SENTENCAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO RPPS	58.165,92	54.364,30	6,99	0,08
OUTROS VENC.E VANTAG.FIXAS E VARIAVEIS RPPS	59.849,28	59.973,72	-0,21	0,08
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS - INTRA	2.498.690,76	2.694.083,84	-7,25	3,26
SUBTOTAL (1) RPPS	29.333.174,64	28.232.471,10	3,90	38,25
VENCIMENTOS E SALARIOS	23.161.557,08	24.299.337,99	-4,68	30,20
ADICIONAIS	4.791,44	3.556,70	34,72	0,01
GRATIFICACOES	9.561.149,37	10.761.868,29	-11,16	12,47
FERIAS - RGPS	1.095.563,98	1.052.697,82	4,07	1,43
13. SALARIO - RGPS	2.856.984,11	2.962.362,06	-3,56	3,73
INDENIZACOES - RGPS	34.567,59	21.011,68	64,52	0,05
SENTENCAS JUDICIAIS - ATIVO CIVIL RGPS	795.801,71	745.800,93	6,70	1,04
CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	7.703.142,20	8.711.072,10	-11,57	10,04
FGTS	2.140.176,96	2.202.585,80	-2,83	2,79
SUBTOTAL (2) RGPS	47.353.734,44	50.760.293,37	-6,71	61,75
TOTAL (1) + (2)	76.686.909,08	78.992.764,47	-2,92	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

A folha de pagamento de pessoal do Ministério apresentou em dezembro/2022 o montante de R\$ 76,68 milhões, tendo uma redução de 2,92% em relação a dez/2021. Dentre essa composição a maior rubrica é com os “Vencimentos e Salários” do regime celetista, Regime Geral de Previdência Social - RGPS, o qual também compõem o quadro de pessoal do Ministério que em dez/2022 correspondeu ao valor de R\$ 23,16 milhões. A soma das rubricas pertinentes aos celetistas correspondeu a 61,75% da folha total desembolsada com a “Remuneração de Pessoal e Encargos Patronais” em comparação com os 38,25% pertinentes ao total da “Remuneração e Encargos” dos servidores vinculados a Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Nota 08 – Aposentadoria e Pensões

Tabela 08 - Aposentadorias e Pensões

Composição	dez/22	dez/21	AH(%)
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	40.367.130,64	43.528.618,71	-7,26
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL16/91	7.172.738,42	7.465.353,35	-3,92
SENTENCAS JUDICIAIS - APOSENTADORIAS RPPS	187.228,79	194.554,47	-3,77
DEMAIS VANTAGENS PECUNIARIAS	3.542.880,03	3.789.998,91	-6,52
PENSOES CIVIS	38.500.147,11	38.209.443,97	0,76
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS		3.588,62	-100,00
SENTENCAS JUDICIAIS - PENSOES RPPS	44.731,12	47.140,56	-5,11
AUXILIO FUNERAL	186.760,20	223.048,10	-16,27
ASSISTENCIA A SAUDE	1.480.639,57	1.625.718,57	-8,92
ASSISTENCIA A SAUDE	557.361,03	769.496,55	-27,57
Total	92.039.616,91	95.856.961,81	-3,98

Fonte: Tesouro Gerencial

A rubrica “Aposentadoria e Pensões” também evidenciou uma redução equivalente a 3,98% em dez/22 no valor total de R\$ 3.817.344,90, considerando a ocorrência de decréscimo na maioria dos itens que compõe essa conta.

Nota 09 – Exploração de Bens e Serviços

Composição	dez/22	dez/21	AH(%)
CONSUMO DE MATERIAIS ESTOCADOS - ALMOXARIFADO	6.912,58	38.724,04	-82,15
CONSUMO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	35.965,03	39.878,23	-9,81
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	91.758,67	38.303,29	139,56
DIARIAS	799.102,65	714.502,99	11,84
SERVICOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS - PF	641.681,52	527.955,50	21,54
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	81.201.054,87	33.270.862,52	144,06
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	20.018.900,03	19.537.504,34	2,46
SERVICOS COMUNICACAO, GRAFICO E AUDIOVISUAL	299.994,96	288.091,24	4,13
SERV.TRANSP.,PASSAGEM,LOCOMOCAO E HOSPED.-PJ	2.457.363,66	1.277.178,77	92,41
SERVICOS ADMINISTRATIVOS - PJ	14.603.558,30	41.734.264,28	-65,01
SERVICOS ASSISTENCIAIS - PJ	11.460,33	0,00	100,00
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS E OUTR.-PJ	1.916.329,01	1.779.960,96	7,66
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	0,00	393,17	-100,00
SERVICOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS - PJ	11.075,25	12.949,87	-14,48
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	7.316,10	10.738,96	-31,87
SEGUROS EM GERAL	40.788,65	15.325,61	166,15
SERV.COMUNICAC.,GRAFICOS E AUDIOVIS.-PJ-INTRA	101.568,04	181.968,57	-44,18
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS - PJ - ESTADO	0,00	2.960,00	-100,00
DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS	1.728.931,45	2.570.051,20	-32,73
DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	59.979,02	75.944,89	-21,02
AMORTIZACAO DE INTANGIVEL	650.326,71	907.355,57	-28,33
Total	124.684.066,83	103.024.914,00	21,02

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela acima traz a composição da rubrica “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” que trata dessas despesas realizadas dentro de um exercício financeiro e que para dez/2022 apresentou um acréscimo de 21,02% equivalendo ao valor de R\$ 21.659.152,83.

A rubrica “Serviços Técnicos Profissionais” foi a que apresentou a maior relevância nesse aumento de 2021 para 2022 quantificado em R\$ 47.930.192,35 (144%).

Do valor de R\$ 81.201.054,87 que representa o total com “Serviços Técnicos Profissionais”, R\$ 76.451.094,88 (94,15%) representam os pagamentos à Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal, relativos à remuneração pela gestão de contrato e representação da União pelos serviços de gestão de contratos de partilha de produção, gestão de acordos de individualização da produção e gestão da comercialização. As despesas com esse serviço ficam registradas contabilmente na Unidade Gestora 320017 – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- SPG que é a responsável pela gestão do contrato.

Nota 10 – Incorporação de Passivos

Tabela 10 - Incorporação de Passivos

Composição	dez/22	dez/21
INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.212.148.152,00	4.000.000.000,00
Total	1.212.148.152,00	4.000.000.000,00

Fonte: SIAFI

A Incorporação de Passivos compreendeu a saída de recursos para depósito referente à participação da União no capital da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, CNPJ

43.913.162/0001-23, nos termos da Lei nº. 6.404/1976, incisos II e III do artigo 80, que dispõe sobre os requisitos preliminares para constituição de uma empresa.

A Lei nº. 14.182, de 12/07/2021, que trata da desestatização da Eletrobrás, autorizou a União a criar a citada empresa pública a qual foi instituída por meio do Decreto nº 10.791, de 10/09/2021.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 11 – Comparativo de Receitas Realizadas

Tabela 11 - Comparativo de Receitas Realizadas

Natureza Receita	dez/22	dez/21	AH(%)	AV(%)
	Receitas Realizadas	Receitas Realizadas		
CONTR.S/REC.CONCESS.PERM.ENERG.ELETR.-PRINC.	328.727.204,65	346.274.469,47	-5,07	75,57
UTILIZACAO DE RECURSOS HIDRICOS-ITAIPU-PRINC.	31.454.299,44	32.698.204,23	-3,80	7,23
UTILIZ.REC.HIDRICOS-DEMAIS EMPRESAS-PRINC.	54.846.907,82	43.581.775,03	25,85	12,61
UTILIZ.REC.HIDRICOS-DEMAIS EMPRESAS-MUL.JUR.	7.654,28	13.762,79	-44,38	0,00
UTILIZ.REC.HIDRICOS-DEMAIS EMPRESAS-DIV.AT.	155,87	836,31	-81,36	0,00
RESERVA GLOBAL DE REVERSAO-PRINCIPAL	19.955.908,44	19.832.095,96	0,62	4,59
Total	434.992.130,50	442.401.143,79	-1,67	100,00

O valor total das receitas arrecadadas até 31/12/2022 foi de R\$ 434.992.130,50, destacando-se a principal receita do MME que é a Contribuição sobre Receita de Concessão, Permissão de Energia Elétrica com o percentual de 75,57% do total das Receitas Realizadas. A citada receita configurou uma redução em sua arrecadação de 5,07% , representando a quantia de R\$ 17.547.264,82, do ano de 2021 para o ano de 2022.

Os recolhimentos dessas receitas são realizados pelas concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e o MME figura como órgão destinatário dos recursos de pesquisa e desenvolvimento - P&D, provenientes do inciso III, artigo 4º da Lei nº 9.991, 24/06/2000. O reflexo orçamentário fica registrado na UG 320002 – Coordenação Geral de Orçamento e Finanças e os recursos vão direto para a Conta Única do Tesouro Nacional – CTU, consignados na fonte de recursos 172 – Fonte Tesouro. Essa mesma Unidade Gestora administra a emissão dos boletos por meio do Sistema de Arrecadação para Pesquisa e Desenvolvimento – SAPED.

A receita “Reserva Global de Reversão – principal”, embora represente 4,59% do total arrecadado constitui valor relevante, tendo em vista que se trata de receita própria do Órgão com reflexo diretamente no caixa da Unidade Gestora, ou seja, conta contábil de Limite de Saque.

Nota 12 – Despesas Correntes

Tabela 12 - Despesas Correntes - Composição

	dez/22	dez/21	AH(%)	AV(%)
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	47.771.754,32	51.392.115,63	- 7,04	15,64
PENSOES	41.694.545,89	41.278.847,56	1,01	13,65
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	0	107.026,10	- 100,00	0,00
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	233.161,82	280.072,55	- 16,75	0,08
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	64.818.779,82	65.216.874,25	- 0,61	21,22
OBRIGACOES PATRONAIS	13.338.867,72	13.592.898,36	- 1,87	4,37
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	799.108,45	714.071,69	11,91	0,26
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	252.273,36	255.862,64	- 1,40	0,08
MATERIAL DE CONSUMO	133.488,98	118.172,69	12,96	0,04
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.573.902,02	1.419.285,53	81,35	0,84
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA	642.095,72	528.386,80	21,52	0,21
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	14.911.387,39	13.284.854,46	12,24	4,88
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	96.389.235,73	76.492.465,95	26,01	31,56
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	10.603.646,58	10.894.492,85	- 2,67	3,47
CONTRIBUICOES	34.543,19	36.665,75	- 5,79	0,01
AUXILIO-ALIMENTACAO	3.550.485,97	3.675.791,73	- 3,41	1,16
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	25.552,98	19.624,00	30,21	0,01
AUXILIO-TRANSPORTE	591.643,37	378.777,63	56,20	0,19
SENTENCAS JUDICIAIS	1.862.457,88	940.811,28	97,96	0,61
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	162.135,58	139.506,00	16,22	0,05
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.053.764,53	1.013.117,08	4,01	0,34
INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	34.567,59	21.011,68	64,52	0,01
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	3.963.504,43	5.912.804,92	- 32,97	1,30
Total	305.440.903,32	287.713.537,13	6,16	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

As despesas correntes são todas aquelas voltadas para a manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral e não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. (Macrofunção SIAFI 020332)

Haja vista que o Balanço Orçamentário apresenta as despesas por categoria econômica, o valor total das despesas correntes empenhadas, para este Órgão, no exercício de 2022 foi na ordem de R\$ 305.440.903,32, com um acréscimo de 6,16% do exercício de 2021 para 2022, quantificado em R\$ 17.727.366,19.

Ao observar o rol de elementos de despesas contidos na conta “Despesas Correntes”, o Item que mais contribuiu para esse aumento foi o item “Outros Serviços de Terceiros PJ – OP.INT.ORB.”, no valor de R\$ 19.896.769,78 do ano de 2021 para 2022. Nesse item se encontra o subelemento “Serviços Técnicos Profissionais” que representou uma despesa de R\$ 76.451.094,88, ou seja, 79,31% do valor total do elemento de despesa “Outros Serviços de terceiros PJ – OP.INT.ORB.”, citado na Nota 09 destas Notas Explicativas.

Demais despesas que se destacaram com aumento representativo em valores nominais, foram os itens: “Passagens e Despesas com Locomoção” no valor de R\$ 1.154.616,49 e “Locação de Mão-de-Obra” no valor de R\$ 1.626.532,93.

Em contrapartida houve uma redução expressiva em 2022 na rubrica “Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado” no valor de R\$ 1.949.300,49, em razão do retorno dos empregados aos seus órgãos de origem.

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Nota 13 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa durante o exercício financeiro da entidade.

No exercício de 2022 o MME auferiu uma Geração Líquida de Caixa positiva de R\$ 25,53 milhões em razão de os ingressos obtidos terem sido maiores que o valor total dos desembolsos. Dos R\$ 4,65 bilhões relativos aos Ingressos do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, R\$ 3,4 bilhões corresponderam aos seus desembolsos para as atividades de mesma categoria. Dentre as aplicações de maior representatividade dos Desembolsos Operacionais foram as Transferências Financeiras Concedidas, que configuraram movimentações financeiras às outras unidades para execução, com 91,14% de todo valor desembolsado, representando R\$ 3.111.498.669,96 em valor unitário.

O valor da geração Líquida de R\$ 25,53 milhões somados com o saldo inicial de “Caixa e Equivalentes de Caixa” no valor de R\$ 744,14 milhões (saldo do exercício anterior) resultará no montante de R\$ 769,68 milhões correspondentes ao saldo final da conta “ Caixa e Equivalentes de Caixa” constante no Balanço Patrimonial, Nota 01 destas Notas Explicativas.

Tabela 13 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

FLUXOS DE CAIXA	dez/22	dez/21
INGRESSOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.656.965.048,95	68.837.587.914,38
INGRESSOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
DESEMBOLSOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-3.413.937.929,10	-64.814.660.101,91
DESEMBOLSOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.217.487.802,44	-4.004.667.014,61
GERAÇÃO LIQ. DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	25.539.317,41	18.260.797,86

Fonte: SIAFI

Brasília, 09 de março de 2023.

Elizane Vellozo Costa Guedes

Contadora – CRC/DF nº 018138/O-2